

**CONTACTO LINGUÍSTICO EM ANGOLA: EVIDÊNCIAS DE EMPOBRECIMENTO
LEXICAL DAS LÍNGUAS ANGLANAS**

**LANGUAGE CONTACT IN ANGOLA: EVIDENCE OF LEXICAL
IMPOVERISHMENT OF ANGOLAN LANGUAGES**

Sabino Sangombe Marcolino

Universidade José Eduardo dos Santos - Angola

RESUMO

O presente estudo, baseado na revisão bibliográfica e na interpretação dos dados recolhidos por elicitación, pretende avaliar as atitudes, a consciência e o desempenho linguístico dos falantes do umbundu (língua angolana de matriz bantu), num contexto de coabitação com o português e despertar a atenção de pesquisadores e falantes nativos dessa língua sobre a necessidade de se olhar com algumas reservas para o uso exagerado de empréstimos lexicais do português para as línguas angolanas, pois, pese embora sejam benéficos, forneçam novos vocábulos e permitam a designação de objectos e seres exógenos à realidade angolana, os empréstimos e estrangeirismos tornam-se prejudiciais quando utilizados para designar conceitos já existentes na língua de destino, tornando-a cada vez mais pobre e incapaz de nomear elementos do quotidiano dos seus falantes. Neste estudo, foram elicitados 7 falantes nativos do umbundu os quais, questionados sobre a designação de determinados objectos na sua própria língua materna, evidenciaram um excessivo uso de portuguesismos (unidades lexicais em umbundu formadas a partir do português) para nomear objectos do seu dia-a-dia, alguns dos quais cujo uso antecede a chegada da língua portuguesa em Angola. O estudo permitiu confirmar a hipótese inicial, segundo a qual, a inexistência de uma política linguística que vise a integração das línguas angolanas nos serviços administrativos do Estado e, sobretudo, no sistema de educação e ensino reduz cada vez mais o papel dessas línguas no contexto social dos falantes.

PALAVRAS-CHAVE

Contacto Linguístico. Bilinguismo Conflitual. Empréstimos. Neologismos Lexicais.

ABSTRACT

The present study, based on a bibliographic review and the interpretation of data collected through elicitation, aims to assess the attitudes, awareness and linguistic performance of Umbundu speakers (angolan language of Bantu origin), in a context of cohabitation with Portuguese, and to draw the attention of researchers and native speakers of Angolan languages to the need to look with some reservations at the excessive use of lexical loans from Portuguese to Angolan languages, because, although they are beneficial, provide new words and allow the designation of objects and beings exogenous to the Angolan reality, loans and foreignisms become harmful when used to designate concepts already existing in the target language, making it increasingly poorer and incapable of naming elements of the daily lives of its speakers. Seven native speakers of Umbundu were interviewed and, when asked about the designation of certain objects in their own mother tongue, they revealed an excessive use of Portugueseisms (lexical units in Umbundu formed from

Portuguese) to name objects in their daily lives, whose use predates the arrival of the Portuguese language in Angola. The study confirmed the initial hypothesis, according to which the lack of a linguistic policy aimed at integrating Angolan languages into the administrative services of the State and, above all, into the education and teaching system increasingly reduces the role of these languages in the social context of the speakers.

KEYWORDS

Linguistic Contact. Conflictual Bilingualism. Lexical Loans. Neologisms.

1. Contacto Linguístico em Angola

Em decorrência do processo de colonização em Angola, as línguas africanas do tronco bantu e khoisan, as únicas faladas pelos habitantes desta parcela territorial até a chegada do colonizador, entraram em contacto com o português, dando lugar a vários fenómenos linguísticos dentre os quais os empréstimos lexicais, caracterizados pela transferência recíproca de vocábulos de uma língua para outra, sendo este um processo natural que resulta da interacção social e das necessidades comunicativas dos falantes.

Entretanto, deste convívio linguístico desigual, verifica-se como consequência directa a redução cada vez maior do número de falantes das línguas nacionais, até mesmo em zonas afastadas do casco urbano. De acordo com Kingui e Osório (2022, p.21), “nem mesmo o factor idade adulta é forte indicador de um falante com proficiência em língua nacional”. Nalguns casos, quando os falantes recorrem a essas línguas, fazem-no em contextos comunicativos informais e com recurso a frases curtas com palavras misturadas com o português. Na visão dos autores já citados, “esta mescla das línguas nacionais com o português pode resultar da incapacidade linguística do falante ou do processo de transferência linguística, como também da força do hábito (*Ibidem*).

Diante da situação problemática exposta, pretende-se, neste estudo, avaliar as atitudes, a consciência e o desempenho linguístico dos falantes do umbundu (no município da Caála, província do Huambo), num contexto de coabitação com o português. Com recurso à revisão bibliográfica e na interpretação dos dados recolhidos por elicitación, o estudo reveste-se de grande relevância social por despertar a atenção de pesquisadores e falantes nativos de línguas angolanas sobre a necessidade de se olhar com algumas reservas para uso exagerado de empréstimos lexicais do português para as línguas africanas, uma vez que embora sejam benéficos, forneçam novos vocábulos e permitam a designação de objectos e seres exógenos à realidade africana, os empréstimos e estrangeirismos tornam-se prejudiciais quando utilizados para designar conceitos já existentes na língua de destino, tornando-a cada vez mais pobre e incapaz de nomear elementos do quotidiano dos seus falantes.

O capítulo está subdividido em 4 secções. Inicialmente, apresentam-se os factores que cooperam para o surgimento de um bilinguismo conflitual, do qual resulta a glotofagia; seguem-se algumas evidências do empobrecimento lexical das línguas angolanas, uma vez que essas aos poucos vão cedendo o seu espaço para a língua portuguesa. Apresentam-se a seguir algumas reflexões sobre os empréstimos linguísticos: capricho ou necessidades comunicativas? Após isso, vem o tratamento dos dados recolhidos por meio da elicitação a 7 falantes nativos do umbundu. Finalmente, apresentam-se as considerações finais e as referências

bibliográficas que foram a base para este estudo. À luz dos estudos de Louis-Jean Calvet (1971), adoptamos o termo glotofagia para designar o processo através do qual a língua de uma determinada cultura desaparece parcial ou totalmente, vítima da influência de uma outra língua com estatuto superior.

A par de se determinar os níveis de proficiência dos sujeitos ilicitados, o estudo aponta caminhos e iniciativas tendentes ao resgate e preservação das línguas nacionais, uma vez que não se promovem as línguas apenas elogiando. São necessárias acções conjuntas entre todas as forças vivas da sociedade.

1.1. Alguns factores sociais que cooperam para a glotofagia em Angola

Vários têm sido os estudos realizados sobre as línguas bantu e khoisan presentes no território angolano, para a fixação de um mapa linguístico, bem como para a quantificação exacta das línguas faladas pelos angolanos. Alguns desses estudos, como é o caso de Kukanda (2000) citado por Calossa (2023, p.15) e Adriano (2014), evidenciam a existência de 9 línguas do tronco bantu (Umbundu, Kikongu, Kimbundu, Cokwe, Nhaneka, Ngangela, Kuanhama, Herero e Oshindoka), sendo o umbundu a língua mais falada com cerca de 22,9% da população e que geograficamente ocupa a região centro-sul de Angola, isto é, abrangendo as províncias do Huambo, Bié, Benguela, Huila e parte do Cuanza Sul. Além dessas línguas, existem tantas outras, tidas como minoritárias e, às vezes, consideradas como variantes de uma outra.

A este respeito, Calossa (2023) percebe que, embora existam vários estudos sobre a quantificação e delimitação das áreas geográficas do uso das línguas angolanas, ainda prevalecem os problemas do estabelecimento de fronteiras linguísticas claras, bem como a definição do que é uma língua autónoma ou variante (dialecto) de uma outra língua.

Para este autor, em função dessas dificuldades, “em última análise têm sido os critérios de natureza extra-linguística, de carácter histórico, político, social e cultural que acabam por ser convocados (e nem sempre pacificamente), para determinar o estatuto de variedade ou língua autónoma de um dado sistema linguístico” (Calossa, 2023, p.13).

Os estudos de Timbane, Undolo e Kimuenho (2023), Undolo (2014), assim como os dados do Recenseamento Geral da População (2014) mostram que as línguas angolanas predominam as áreas periféricas e rurais, pois nas áreas urbanas o português tende a suplantar-las, reduzindo-se assim, cada vez mais, o número de falantes dessas línguas no caso urbano.

A suplantação linguística vivenciada pelas línguas nacionais é, a nosso ver, resultante de factores extralinguísticos, tais como: (i) a inexistência de uma política linguística (sob o ponto de vista prático) voltada à incorporação dessas línguas nos serviços administrativos do Estado e no sistema nacional de educação e ensino; (ii) a negação do estatuto de oficiais às línguas angolanas e (iii) as atitudes e consciência linguística dos falantes dessas línguas. Para evidenciar tal facto, invocamos o artigo 19º da Constituição da República e um Excerto do Programa de Língua Portuguesa para o I ciclo do Ensino Secundário ainda em uso, nos quais é possível ler o seguinte: “1.A Língua oficial da República de Angola é o português.” “2.O Estado valoriza e promove o estudo, ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.” (Angola, 2011).

Como se pode ler, nem mesmo a um nome as línguas angolanas têm direito. São designadas por “demais” línguas de Angola. Embora a segunda secção desse

mesmo artigo faça menção à necessidade de valorizar as demais línguas, a verdade é que as línguas nacionais não são levadas em consideração no ambiente sócio-administrativo e escolar. A sua utilização circunscreve-se aos ambientes familiares, celebração de cerimónias tradicionais, religiosas, etc. De forma análoga, na parte introdutória do programa de Língua Portuguesa para o I ciclo do Ensino Secundário (7^a, 8^a e 9^a classes), lê-se que:

A Língua Portuguesa é a língua oficial em Angola, de escolaridade e de comunicação nacional e internacional. É a língua veicular através da qual se emitem e se recebem mensagens, sendo a base para a aquisição de conhecimentos técnico-científicos, valores éticos, cívicos e culturais. Ela desempenha também a função de veículo para a transmissão e aquisição de conhecimentos implícitos e explícitos, instrumento de integração, meio de apoio e articulação de todas as disciplinas. (INIDE, 2019, p.6).

Nesta afirmação, dilui-se qualquer ideia de heterogeneidade linguística que caracteriza o contexto angolano, pois assume-se a Língua Portuguesa como o instrumento exclusivo de aprendizagem e exaltação dos valores éticos e cívicos. Logo, embora o contexto social seja multilingue, o discurso pedagógico continua sendo monolinguê, reduzido ao português europeu, apesar de existirem na escola alunos com a língua materna umbundu, ou qualquer outra do tronco bantu.

Essa realidade é transversal a todas as esferas dos serviços sociais (hospitais, administração, bancos, tribunais, etc.), onde se dá privilégio ao português, sem levar em consideração as outras línguas com as quais coabita e que constituem o capital linguístico-cultural dos utentes desses serviços.

O segundo factor que permite a suplantação das línguas angolanas consiste na *negação do estatuto de oficiais a estas línguas* de tal sorte que tenham o mesmo carácter funcional da língua portuguesa, permitindo a sua inserção não apenas no sistema escolar, mas em todos os serviços prestados pela administração pública. A estes factores, Tchimboto (2024) acresce um terceiro que está ligado às atitudes e consciência linguística dos falantes das línguas nacionais que, de certo modo, cooperam para a alienação identitária. Na visão deste etnolinguista:

Indivíduos há que pensam ser um atraso cultural conhecer e usar as afro-línguas. Em certos ambientes do nosso país, a competência bilingue (português e alguma língua nacional) de certos indivíduos, em vez de ser apreciada pelo que é, a saber, uma riqueza, vê-se desvalorizada como uma deficiência. O unilinguismo em benefício do português é visto como uma garantia ou como condição necessária de ascensão no modernismo e no progresso. Todo o esforço a fazer consiste em libertar-se da história, da cultura e da língua africana para adopção de uma euro-identidade. O desprezo das línguas nacionais está no facto de que estas são ligadas ao rural, ao servilismo, ao atraso cultural, etc. (Tchimboto, 2024, p. 64).

Entretanto, este factor apontando pelo autor encontra a sua razão de ser pelo facto de constitucionalmente não haver espaço para as línguas angolanas. Tendo consagrado o português como língua legítima, os falantes das línguas nacionais sentem-se marginalizados. A única via que encontram de afirmar-se e inserir-se na sociedade é renunciar tudo o que lhes remete ao rural, ao servilismo e identificar-se com a língua, hábitos e costumes do colonizador, alienando assim a sua própria

identidade. Tal realidade, a nosso ver, seria diferente se existisse uma política linguística que primasse por um convívio saudável entre as línguas e evitasse o bilinguismo conflitual.

2. Empobrecimento lexical das línguas angolanas.

O léxico de qualquer língua armazena as maiores evidências de um longo processo de interinfluências linguístico-culturais resultantes do contacto permanente entre povos distintos, portadores de hábitos, costumes e línguas distintas. Entretanto, embora o contacto linguístico seja inevitável no contexto actual, por conta da globalização, trocas comerciais e necessidade de interação com outros falantes – o que obriga a utilização de termos de outras línguas para preencher o vazio linguístico - Tchimboto (2024) alerta-nos para a necessidade de olharmos com algumas reservas para este fenómeno, pois, para a realidade angolana, nem sempre o contacto linguístico, em particular o uso de empréstimos lexicais do português para as línguas africanas tem sido saudável. Para ele:

[...] ao contrário do seu carácter enriquecedor, o contacto entre a língua lusa e as línguas angolanas deve ser avaliado com merecidas reservas. As importações vocabulares hoje denunciadas pelas línguas nacionais só podem ser indício de perigosas influências que ultrapassam o limiar tolerável. As línguas nacionais absorveram um grande número de vocábulos do português, não apenas para noções que eram inicialmente estranhas às etnias como *o-tefefone* (tefefone), *o-sicaleta* (bicicleta), *e-livulu* (livro), *e-kalu* (carro), mas também para objectos de ancestral uso autóctone. (Tchimboto, 2024, pp. 58-59).

No exposto acima, o autor coloca em evidência o carácter empobrecedor dos empréstimos linguísticos quando estes não surgem para preencher o vazio linguístico na língua de destino, mas são utilizados para designar conceitos já existentes nessa mesma língua, tornando-a cada vez mais pobre e incapaz de nomear elementos do quotidiano dos seus falantes. Vejamos os exemplos apresentados pelo autor, com grifos nossos:

Assim, para se referir à mesa que é um objecto muito comum para os *ovimbundu* e anterior à chegada dos europeus, os falantes preferem dizer *o-mesa*, em vez de *o-tando*; Para reunião preferem dizer *o-reunião*, em vez de *ohongele*; Para cidade preferem *o-sindande* em substituição de *olupale*. Para rezar preferem dizer *o-kulesala*, em vez de *o-kulomba* ou *okufendela*. (Tchimboto, 2024, p.59, grifos nossos).

Os exemplos aqui apresentados são apenas um recorte entre os vários que se podem apresentar no que ao uso desnecessário de empréstimos linguísticos do português para o umbundu diz respeito. Entre os falantes bilingues do português e umbundu, localizados na região planáltica (centro e sul) de Angola, este é um fenómeno muito comum e o uso desses empréstimos abrange todos os segmentos da vida social, desde a toponímia, antroponímia, gastronomia, saudações, vestuários, fórmulas de cortesia, etc.

Pelo uso generalizado destes portuguesismos nas línguas nacionais - pois acredita-se que seja uma realidade transversal às outras línguas do tronco bantu faladas em Angola e não só - verificar-se-á a médio e longo prazo uma degeneração total dessas línguas, por conta da sua dependência lexical às línguas europeias,

confirmando-se assim a contínua alienação identitária herdada do período colonial durante o qual essas línguas eram silenciadas, dando espaço unicamente à língua do colonizador.

Por esta via, continuando o hibridismo linguístico que se verifica ao nível fonético e lexical dos falantes do umbundu, com maior predominância em áreas peri-urbanas, reduz-se cada vez mais o número de falantes propriamente dito das línguas angolanas, dando lugar ao surgimento de falantes não autênticos, com crise de identidade, os quais não dominam a língua do colonizador e desconhecem completamente a língua dos seus ancestrais por má conservação. Visto nesta perspectiva, o contacto linguístico acaba sendo mais conflitual do que enriquecedor, pois essa realidade inaugura um mar de incertezas sobre o futuro das línguas angolanas.

3. Empréstimos linguísticos: um capricho ou uma necessidade comunicativa?

Entendidos como parte do processo de enriquecimento lexical das línguas, os empréstimos e, quanto mais, os estrangeirismos ocorrem de forma natural para responder às necessidades comunicativas dos falantes, para nomear objectos ou referir-se a conceitos estranhos à língua que está a utilizar. Cunha e Cintra (2014), definem os empréstimos e estrangeirismos como sendo o conjunto de palavras transferidas de uma língua para outra *por necessidades comunicativas dos falantes*. Ao adoptá-los, os empréstimos podem sofrer adaptações às regras fonéticas e morfológicas da língua de destino” (pp. 149-150, *itálico nosso*).

Não sendo uma realidade arbitrária, Undolo et. al (2023, p.26) dizem que “os estrangeirismos e empréstimos lexicais fazem parte de um processo de produtividade lexical, transversal a línguas modernas, podendo ocorrer em qualquer língua e/ou variedade, quer na modalidade oral ou escrita”. Logo, independentemente do estatuto da língua (oficial, nacional, materna ou segunda), ela está propensa a emprestar e receber termos da(s) outra(s) língua(s) com a(s) qual(is) entra em contacto.

Num olhar simplista à realidade sociolinguística de Angola, pensa-se que, pelo facto de o português ser a língua oficial, de escolarização e de prestígio, conforme atesta o artigo 19º da Constituição da República, só esta pode influenciar ou emprestar termos às línguas angolanas, cujo estatuto é inferior e o uso restringido aos contextos familiares, ocasiões próprias de celebração de eventos culturais, religiosos, etc. Entretanto, sublinha Manzollilo (2014) que não existem línguas puras. Todos os idiomas hoje conhecidos, com maior ou menor grau, adoptaram e continuam a adoptar palavras oriundas de outras línguas, como resultado natural do contacto entre diferentes povos com diferentes culturas, pese embora as línguas pertencentes a nações mais desenvolvidas do ponto de vista sócio-económico, político, cultural e tecnológico sejam as mais propensas a exportar palavras.

Por esta via, fica justificada a presença massiva de expressões inglesas no português, ou mesmo a presença significativa de expressões portuguesas nas línguas angolanas. Se de um lado há esta facilidade de as línguas legítimas, dominantes exportarem os seus termos para preencher o vazio linguístico noutras línguas, do outro lado, há também a presença de elementos lexicais das línguas com estatuto inferior na língua com a qual entra em contacto, pois o empréstimo linguístico é um fenómeno recíproco.

O longo processo de formação da língua portuguesa foi igualmente marcado pela importação de um conjunto de palavras oriundas de línguas pertencentes aos diversos povos com os quais entrou em contacto, incorporando para si os galicismos, anglicismos, arabismos e, nos casos mais recentes, de expressões das línguas africanas. Nesta linha de pensamento, Azeredo (2010), citado por Manzolillo (2024), assevera que “quando a língua portuguesa começou a ser escrita – nos fins do século XII ou início do século XIII – o seu léxico reunia cerca de 80% de palavras de origem latina e outros cerca de 20% de palavras pré-romanas, germânicas e árabes”. Isso evidencia necessariamente que as línguas não são auto-suficientes, elas se enriquecem no contacto com as outras línguas, renovando de tempo em tempo o seu léxico. Para o caso particular do português falado em Angola, tomámos como exemplos dessa incorporação lexical as expressões contidas no texto de Pimentel (2015), citado por Timbane e Ndombele (2020):

No entanto, nem mesmo as aspas têm sido suficientemente fortes para travar o desejo de existir dessas palavras na nossa língua. O refúgio desses *muadiês* tem sido, até agora, o *cubico* de *kambas* que ainda não *bumbam*. São *ndengues* *bué* esforçados. Desde há muito que tentam arranjar um *salo*, mas... *desconseguem*. Os *kotas*, uns *papoites malaiques* que nunca ajudam, têm muito *kumbú*, mas preferem gastar com as *mamoites*. Naquele *cubico*, mesmo com as *makas*, ninguém *banzela*. Todas as manhãs, depois do *matabicho*, uma *magoga*, um *pincho* e um *bebe-e-me-deixa* do janela-aberta do *mais-velho* Minguito, os putos *bazam* a um dos *arreiós* – na *baúca* do *candongueiro* – comprar uns *mambos* para revender. É o único *bisno* que dá jeito por enquanto. O negócio dá para se manterem vivos. *Païam* de tudo um pouco, até *mbilas* e *parte-os-cornos*. E as *mboas* não *maïam*. Querem lá saber do que as pessoas pensam delas quando levam as bacias à cabeça para *zungar*? O importante é *bumbar* e comprar cadernos para os *canucos*. Andam à vontade e ninguém mais os *estiga*. Mas as *mamoites* e as suas *cassules* não podem *maïar*. Há muitos *uís* por aí com *bué* de *chacho* que só querem *ngombelar*. Abram os olhos, ou ainda pensam que vocês são *bombós*. (p.296 - 297).

As unidades lexicais apresentadas no texto acima, muitas das quais resultantes da influência das línguas angolanas, ocorrem naturalmente na comunicação oral e escrita dos angolanos em contextos informais, sendo inteligíveis por qualquer falante. Sublinhe-se o facto de que muitas dessas expressões tais como: *bué*, *matabicho*, *bumbar*, *mambo*, etc., já se encontrarem dicionarizadas. Mas então pode o uso de empréstimo ser opcional? Langacker (1972) citado por Manzolillo (2014, p. 50) diz que “o empréstimo não é nunca uma necessidade linguística, visto ser sempre possível ampliar e modificar o uso das unidades lexicais existentes para fazer face às novas necessidades de comunicação”.

O autor mostra, teoricamente, que está ao alcance dos falantes a selecção das palavras no acto comunicativo. Se de um lado isto é verdade, por conta dos processos regulares de formação de palavras (derivação e composição), sublinhe-se do outro que nem sempre está ao alcance dos falantes controlar o surgimento dos novos vocábulos, resultantes do desenvolvimento da ciência, tecnologia, economia, moda ou desporto, cuja solução imediata passa por adoptar um empréstimo ou neologismo para designar tal conceito que se afigura distante da nossa realidade.

É neste sentido em que as línguas angolanas se enriquecem ao adoptar tais expressões, tal como recomenda Tchimboto (2024, p.56, *com grifos nossos*): “as línguas bantu não se podem fechar ao estrangeirismo, *pois é uma condição vital necessária de qualquer língua*. E, se se fecham, como hão-de designar o telefone, o carro, o computador, o ship-de-memória?... A importação lexical não é má em si mesma”. É vantajosa ao preencher o vazio linguístico na língua de destino, pois os empréstimos constituem o processo natural de enriquecimento de qualquer língua.

4. Análise dos dados obtidos por elicitación

Ao todo foram elicitados 7 falantes que têm o umbundu como língua materna (L1), com idades entre 26 a 49 anos, os quais foram questionados sobre a designação de determinados objectos em umbundu, para compreender o seu nível de proficiência nessa língua, assim como determinar a frequência de uso de estrangeirismos, ou expressões em umbundu formadas a partir do português.

Foram seleccionados alguns vocábulos tais como: *janela, casaco, calças, lápis e hospital*, inerentes ao quotidiano dos falantes, para que estes apresentassem os seus correspondentes em umbundu. Abaixo descrevem-se os resultados que evidenciam os níveis de proficiência linguística desses falantes nativos do umbundu.

Quadro 1: Desempenho linguístico dos elicitados

Objecto elicitado	Correspondente em umbundu	Respostas certas	Percentagem
Janela	<i>Onufuilo/ondoko</i>	3	42,8%
Calças	<i>Omusopo</i>	2	28,5%
Casaco/casaquete	<i>Osembele/ocikutu</i>	5	71%
Lápis	<i>Ocitayo</i> ¹	1	14%
Hospital	<i>Ombutika (yu ayele)</i>	4	57%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme espelhado no quadro acima, maior parte dos intervenientes não apresentou respostas certas que correspondem aos substantivos em português. O recurso ou preferência por essas pseudo-palavras pode significar, por um lado, o pouco conhecimento sobre o léxico do umbundu, ou mesmo, revelar o crescimento do léxico passivo dos falantes por falta do uso frequente das línguas nacionais.

Assim, com excepção do vocábulo lápis, em cuja correspondência ocorreu uma expressão diferente, para os outros casos, os falantes apenas adicionaram um prefixo (o), com categoria gramatical nula, tal qual se descreve abaixo:

Para janela, maior parte dos inquiridos apresentou como o seu correspondente “ojanela”;

Para calças, maior parte dos inquiridos afirmou corresponder a “ocikasão”.

Para o casaco, maior parte acertou, levando em consideração a sua variante (ocikutu) que *a priori*, designa não um casaco social, mas qualquer jaqueta para se proteger do frio. Uma minoria respondeu “ocasaco”.

¹ Para este conceito, corresponde a todo o objecto escrevente, incluindo na mesma categoria de lápis as esferográficas, canetas, marcadores, etc.

Já para o lápis, alguns dos inquiridos afirmaram corresponder a “olapi”, enquanto outros dois apresentaram uma variante que é “ocisonelua”; Quanto ao hospital, a minoria afirmou ser ‘osipitali’.

Considerações finais

Em suma, a realização deste estudo permitiu a confirmação da hipótese inicial, segundo a qual a inexistência de uma política linguística que visa a integração das línguas nacionais nos serviços administrativos do Estado, na vida social dos falantes e, sobretudo, no sistema de educação e ensino reduz cada vez mais o papel das línguas angolanas no contexto social dos falantes. Aliado a isto estão as atitudes e a consciência linguística dos próprios falantes que não se identificam com aquilo que lhes-é endógeno. Pelo contrário, têm preferência pelo uso daquilo que lhes-é exógeno, mesmo quando o contexto comunicativo não é o mais adequado. Embora o número de itens elicitados, assim como o número de participantes seja ínfimo – o que não nos permite fazer largas generalizações, os resultados revelaram o predomínio e uso excessivo de *portuguesismos* (unidades lexicais em umbundu formadas a partir do português) pelos falantes das línguas angolanas não apenas para designar objectos alheios à realidade local, mas também para nomear objectos do dia-a-dia, cujo uso antecede a chegada da língua portuguesa em Angola, facto que empobrece as línguas autóctones.

O estudo realizado é apenas um recorte da realidade sociolinguística do país, caracterizada por um bilinguismo conflitual. Sendo que em Angola o pluri ou bilinguismo é a condição da maioria da população, qualquer política linguística deve(ria) necessariamente ser orientada a partir e em função desse contexto, visando a integração linguística. Se não se traçarem políticas linguísticas práticas e urgentes que visam dar espaço, voz e vez à pluralidade linguística, verificar-se-á a médio e longo prazo uma degeneração total das línguas nacionais, por conta da sua dependência lexical às línguas europeias. Logo, confirmar-se-á a contínua alienação identitária herdada do período colonial durante o qual as línguas nacionais eram silenciadas, dando espaço unicamente à língua do colonizador.

Referências

- ADRIANO, P. S. **Tratamento morfossintáctico de expressões e estruturas frásicas do português em Angola**. 2014. (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora, Évora, 2014.
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda. Assembleia Nacional, 2010.
- CALOSSA, B. V. **Padrões de concordância nominal em alunos do I ciclo do Ensino secundário em Angola**. 2023. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2023.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. **Nova Gramática do. Português Contemporâneo**. 21ª ed. Lisboa: João Sá da Costa, 2014.
- INE. **Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**. Luanda: INE, 2016.
- INIDE, Ministério da Educação. **Programa de Língua Portuguesa - 7ª, 8ª e 9ª classes**. Luanda: Editora Moderna, 2019.

- KINGUI, A.; OSÓRIO. P. Situação (Geo) Linguística de Angola: In OSÓRIO, Paulo (coord.). **Da Fonologia à Lexicografia**: Elementos para uma Gramática do Português de Angola. Famalicão: Húmus Editora, 2022.
- MANZOLILLO, V. Empréstimo Linguístico: o que é, como e por que se faz. In: **XVIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, 2014, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF – Livro de Minicursos e Oficinas, V. XVIII. p. 47-70, 2014.
- NDOMBELE, E. D.; TIMBANE, A. A. O ensino de Língua Portuguesa em Angola: Reflexões metodológicas em contexto multilingue. **Folio - Revista de Letras**, Vitória da Conquista, vol. 12. n.1. p. 289 – 314, jan/jun. 2020.
- TCHIMBOTO, B. **Línguas & Culturas**: Introdução à Etnolinguística e Oralidades Africanas. Luanda: Paulinas, 2024.
- UNDOLO, M. **Caracterização da norma do Português em Angola**. 2014. (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora, Évora, 2014.
- UNDOLO, M; TIMBANE, A. A.; KIMUENHO, G. **Português de Angola**: Fonologia, Sintaxe e Lexicografia. Belém: Home Editora, 2023.
- Contacto linguístico em angola: evidências de empobrecimento lexical das línguas angolanas

Para citar este artigo: MARCOLINO, Sabino Sangombe. Contacto linguístico em angola: evidências de empobrecimento lexical das línguas angolanas. **AXÉUNILAB**: Revista Internacional de Estudos de Linguagens na Lusofonia. São Francisco do Conde (BA), vol.01, nº01, p.73-82, jan./jun.2025. (Editores: Abias Alberto Catito - UEFS & Maurício Bernardo - UEFS ** Coordenação: Alexandre António Timbane)

Sabino Sangombe Marcolino, graduado em Linguística Portuguesa pelo ISCED-Huambo; Mestrando em Ensino da Língua Portuguesa no ISCED Sumbe – Cuanza – Sul. Membro do LAnCE, grupo de pesquisa Angola-Brasil, sobre as Línguas Angolanas em Contexto de Ensino; Docente do Instituto Politécnico da Universidade José Eduardo dos Santos – Huambo – Angola. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-1288-9317> E-mail: sangombemarcolino@gmail.com